

(Des)aprendizagens da representação linguística *

Clara Nunes Correia & Ana Afonso

Abstract: When one studies a language, whatever the perspective or the theoretical model chosen may be, one will (always) find a non bi-univocal relation between linguistic forms and the values that those forms can trigger. The case of tense forms like the Presente do Indicativo of EP, of the verb forms *dever* and *poder*, of forms like *cá* and *lá*, or the conjunctions *e* and *mas*, are examples that help corroborate this statement.

In face of this non bi-univocal relation, some questions can be raised that are, at first, apparently contradictory. In other words: being at stake, in this WGT, a reflection on questions of representation, we wish to contribute to this discussion starting from hypotheses that can allow us to understand how linguistic forms behave.

The analysis of different occurrences of some linguistic forms of EP will lead us to another (double) question: if a linguistic form acquires different values in different contexts, does it mean that being that a unique form, it unfolds and shapes itself to assume different roles or, in each case, what we have is a multiplicity of forms that share one phonetic form and an heterogeneity of senses?

1. Introdução

Quando se estuda uma língua, qualquer que seja a perspectiva escolhida, ou o modelo teórico com que se lida, encontra-se (sempre) uma relação não biunívoca entre formas linguísticas e os valores que essas formas podem desencadear.

Se se assumir uma perspectiva que possa aliar as formas aos valores que manifestam, ou seja, uma análise no estudo das línguas que seja simultaneamente semiológica e onomasiológica, e se nos centrarmos no caso específico do PE, encontramos uma oscilação explicativa na bibliografia de referência para casos de estudo – de natureza semântica – já considerados clássicos.

Nos pontos seguintes deste trabalho apresentaremos alguns destes casos, dando relevo às especificidades que desencadeiam uma aparente heterogeneidade de valores. Tentaremos, face a essa heterogeneidade, encontrar uma proposta que seja suficientemente estável para explicar a diversidade desses valores. Teremos como objetivo central encontrar os caminhos que nos ajudaram a pensar as formas linguísticas como ‘formas de representação’.

2. Problemática & observáveis

Não há formas linguísticas isoladas, nem para os falantes, nem para os linguistas. Quando se estuda uma forma, inelutavelmente se estuda o conjunto das formas que com ela coocorrem, as suas posições, e os valores que resultam desse agenciamento de formas. Se é verdade que a cada forma pode ser atribuído um valor determinado pelo lugar exato que ocupa no enunciado, também é verdade que um dado valor pode ser expresso através de formas e construções variadas.

Ao assumir-se como objeto de estudo o enunciado – no sentido de construção linguística bem formada sintática e semanticamente –, localizada¹ em relação à

¹ De uma forma geral assume-se neste texto as propostas definidas por, e.o., A. Culioli (1990a, 1990b, 1999a e 1999b). Neste sentido o conceito de enunciado, de localização e de situação de enunciação, por exemplo, assumem um estatuto metateórico, afastando-se, deste modo, de uma interpretação não marcada. Não sendo nosso objetivo discutir aqui estes princípios, remetemos a leitura destas propostas para as obras acima

* Este título partiu de algumas discussões teóricas desencadeadas pela Ana Afonso sobre o conceito de representação. As dúvidas levantadas ajudaram-nos (e motivaram-nos) a propor uma apresentação ao WGT sobre este tema. O texto que agora se apresenta, sendo um trabalho em curso, obrigou-nos a pensar, a partir de vários ângulos, sobre o conceito de ‘representação’. Este texto a quatro mãos foi, só por si, uma aprendizagem.

situação de enunciação, e tomando a forma linguística como unidade em foco, analisam-se de seguida alguns casos clássicos de relação não biunívoca entre forma e valor.

Compreender a natureza desta relação, como coisa constitutiva da própria língua que parece ser, é o que cabe ao linguista.

2.1. Sobre (alguns) valores de formas e construções do PE

Uma das questões que se pode agora colocar prende-se com a nossa opção em visitar casos clássicos, analisados de forma dispersa e sempre enquadrados em problemáticas mais vastas (cf., p. e., os trabalhos de O. Lopes, ou os de Campos 1998, 1999, em que ambos os autores, a partir de percursos teóricos diferenciados discutem estes casos integrados quer no estudo de categorias gramaticais específicas (caso de Campos), ou elencam essa diversidade de formas como um objetivo mais ambicioso de sublinhar as especificidades (peculiaridades) semânticas do português. (caso de Lopes [1983]2005). Retomar – ou tomar como objeto de estudo – aqui esta ‘instabilidade’ entre formas/construções e valores pode ser entendido como sendo sinal e sintoma de que esta problemática se mantém atual. Por outro lado, desencadeiam problemáticas em termos de ‘representação’ por nos obrigarem a recentrar a nossa atenção nos percursos metodológicos que estão subjacentes à própria representação.

Metodologicamente optámos por analisar as diferentes formas como ocorrências nocionais, procurando encontrar uma linha que seja coerente e adequadamente explicativa.

De forma evidente, a primeira constatação básica nesta análise reforça o facto de que os valores que as formas / construções em análise manifestam vão para

além daqueles que lhes são tradicionalmente atribuídos.

Assim, as formas ‘cá’ e ‘lá’, definidas na sua primeira aceção como ‘localizadores’ déicticos de natureza espacial, podem desencadear construções em que o valor de complementar linguístico, por exemplo, se sobrepõe ao valor canónico destas formas. Veja-se o contraste entre

(1a) *Vem cá!* vs (1a’) *Eu sei cá!*

(1b) *Há lá leões?* vs (1b’) *Há lá leões!*

Se em (1a) e (1b) *cá* e *lá* assumem esses valores, construindo um espaço percebido como mais próximo (*cá*), ou mais distante (*lá*) do sujeito enunciator, nos pares correspondentes, marcados como (1a’ e 1b’), *cá* e *lá* já não funcionam como déicticos, definindo como predominante não um valor espacial, mas um valor modal. Esse valor é ainda reforçado em:

(1c) *Eu cá não vou*

(1d) *Sei lá.*

Em (1c), *cá* reforça a intenção do enunciator em «não ir» e em (1d), *lá* assume uma força modal que nos permite (ou obriga) a parafrasear este exemplo com «não sei e não quero saber».

Já no domínio das marcas estritamente gramaticais, como acontece, por exemplo, com as conjunções *e* e *mas*, verifica-se que ambas podem construir valores de intensificação, intensificação essa centrada nas relações de sucessividade definidas por uma mesma proposição <X crescer>, como se vê em

(2b) *O nariz cresceu e cresceu e cresceu.*

ou através da construção de um ‘falso’ complementar linguístico, como se pode observar em:

(3b) *O João é alto, mas alto,*

A mesma heterogeneidade pode ser também encontrada, nos valores associados à preposição *a*. No paradigma de (4a) a (4c) a preposição *a* marca, respetiva-

referidas, ou para uma leitura mais problematizada, para Campos 1998 ou Correia 2002.

mente, direcionalidade espacial, temporal e nocional:

(4a) *Vou a Viana*

(4b) *O semestre vai de fevereiro a julho*

(4c) *O João passou de cidadão incógnito a figura pública.*

No entanto, em (4d) e (4e), por exemplo, *a* funciona como localizador espacial ou temporal, definindo situações em que é o valor aspetual que as torna relevantes. Ao serem definidas em ambos os casos situações não perfeitivas, como se verifica em (4d) e (4e), a preposição funciona como desencadeadora de um percurso (abstrato), não télico:

(4d) *O rapaz ficou a meio da corrida*

(4e) *O rapaz está a meio do curso*

Por sua vez, em (4f) e em (4g) a preposição desencadeia um modo de deslocação ou uma predicação secundária:

(4f) *O rapaz veio a cavalo / a pisar ovos;*

(4g) *O rapaz vestiu-se a preceito.*

Note-se que não é a preposição, por si só, que constrói uma determinada situação, mas as construções de que participa, bem como todas as formas presentes no enunciado. Por exemplo, *a preceito* ou *à pressa* podem modificar um mesmo predicador, mas fazem-no de formas diferentes: o primeiro indicando um resultado, o segundo um modo de ação.

No domínio verbal, vamos igualmente encontrar flutuações de valores.

Os verbos *dar* e *fazer* podem desencadear leituras diferentes, sendo categorizados, p. e., como verbos leves:

(5a) *O João deu conta do recado;*

(5b) *A Ana fez crer que chegava cedo;*

ou verbos plenos:

(5b) *O João deu o bolo à Ana;*

(5d) *O João fez batota.*

Do mesmo modo, e como é comumente conhecido. os verbos *poder* e *dever* po-

dem desencadear uma leitura modal [+/- epistémica], como se verifica em (6)

(6a) *O João pode chegar a qualquer altura*

(6b) *A Ana deverá chegar tarde*

(6c) *O João pode gritar que ninguém ouviu*

(6d) *A Ana não deve comer mais bolos*

Para além das formas entendidas como tal, permeáveis a categorizações variáveis (e nem sempre analisadas e/ou descritas de modo exaustivo nas gramáticas e dicionários de referência), julgamos importante incluir nesta análise as particularidades associadas a tempos gramaticais. Assumindo-se que os tempos gramaticais (tenses) podem ser considerados como formas que gramaticalizam o tempo deítico (time)² estes apresentam, em PE, como na generalidade das línguas, uma multiplicidade de valores.

Um dos casos mais paradigmáticos desta pluralidade é o presente do indicativo. De todos os tempos que este tempo é capaz de marcar, a sobreposição temporal em relação ao momento da enunciação não é, regra geral, o mais comum. À parte enunciados estativos com *ser*, *estar*, por exemplo, ou com predicados cognitivos (com *saber*, *pensar*, *ver*), o presente do indicativo não é marcador de sobreposição temporal. Os exemplos que se seguem reforçam o que atrás se afirmou:

(7a) *A Ana e o João são casados*

ou

(7b) *Estou em pé*

Se com *ser* no presente do indicativo se dá uma leitura predominantemente aspetual, marcando um estado que, para além do tempo que recobre o *casamento da Ana e do João*, é válido, também, para T₀,

² “tense grammaticalizes the relationship which holds between the time of the situation that is being described and the temporal zero-point of the deictic context”. Lyons (1977: 677)

com *estar* existe obrigatoriamente sobreposição temporal entre de T_2 (tempo do enunciado) e T_0 (tempo da enunciação).

Para além destes casos, é comumente aceite que o presente do indicativo desencadeia valores de, sobretudo, futuro (ou posterioridade). A construção desse valor pode abarcar, no entanto, intervalos de tempo diferenciados. Assim, T_2 é construído como um intervalo de tempo contíguo a T_0 , qualquer que seja o intervalo de tempo visado:

(7c) *Vou fazer café;*

(7d) *Andrómeda e a Via Láctea colidem daqui a alguns milhões de anos.*

Para além deste valor, o presente do indicativo pode ainda ocorrer em situações que incidem, cronologicamente, sobre o passado, recorrendo-se quer a marcadores temporais localizadores do acontecimento linguístico (o caso de adverbiais temporais de natureza deítica ou autónoma – *há uma semana, em 1750, ...*), ou através de pré-construídos partilhados:

(7e) *A massa escaldante e comprimida não aguenta a pressão – dá-se o big bang.*

É importante referir aqui, e olhando para o exemplo (7e), que pode existir sob o ponto de vista temporal alguma ambiguidade nesta leitura de ‘passado’.

Isso deve-se ao facto de ser possível aceitar esta descrição (sobre a origem do *big bang*), como uma informação que está a ser ‘reportada’. Esta leitura, muito mais natural em

(7f) *Ronaldo chuta e é golo.*

permite perceber que, numa situação específica de enunciação (como o de um relato de um jogo de futebol), T_0 coincide com T_2 .

Para além destes valores, devem ser referidos os casos em que o presente do indicativo também é responsável por marcação de situações genéricas (7g) ou habituais (7h):

(7g) *O tigre é um felino*

(7h) *O comboio chega (habitualmente) às 3 horas*

Nestes dois casos T_0 é apenas um dos instantes de cada uma das situações construídas.

É importante referir que os usos destas formas não se esgotam nos exemplos aqui mostrados. A manipulação controlada desses exemplos, com possibilidades de operar sobre a determinação nominal, temporal ou aspetual dos enunciados – poderá, eventualmente, gerar alteração de interpretação.

Cabe-nos, no ponto seguinte deste artigo, propor algumas linhas de reflexão que permitam enquadrar a instabilidade das formas linguísticas a partir da estabilidade das noções que lhe estão/são subjacentes.

3. Da instabilidade das formas à estabilidade nocional

Neste ponto do trabalho, a nossa preocupação foi a de encontrar o fio condutor da pluralidade de valores associados quer às formas linguísticas (mais ou menos gramaticais, ou gramaticalizadas), quer em relação aos valores (temporais) associados ao presente do indicativo em PE³.

Se começarmos por este último caso, pode defender-se (no seguimento de Correia 2012) que o que ‘unifica’ os valores do presente do indicativo, independentemente da incidência que as formas possam ter no eixo temporal, é a construção de um valor de continuidade que, em termos formais, se opõe à discretização das formas.⁴ Assim, o valor de continuidade confere a todas as situações em que o presente do indicativo ocorre uma homogeneidade de natureza cognitiva, que é subjacente à heterogeneidade de valores que manifesta na língua.

³ Não cabe neste trabalho uma discussão exaustiva sobre este tempo gramatical, sendo apenas tido como exemplo por ser um caso paradigmático de ‘instabilidade’ temporal.

⁴ Para uma discussão aprofundada sobre estes conceitos, v. Langacker 1994 e Culioli 1994.

Esta hipótese ajuda, em certo sentido, a encontrar o primeiro eixo que orientou este trabalho: é possível definir / estabilizar os diferentes valores de uma dada forma linguística a partir de uma estabilidade de natureza nocional (ou cognitiva). O percurso analítico acima referido pode levantar, em si, ambiguidades em termos das diferentes vertentes teóricas: ou se desenvolve a partir de uma concepção estritamente cognitiva (apontando-se aqui para uma análise centrada em protótipos linguísticos), ou numa perspectiva de natureza enunciativa, em que o que é cognitivo é – apenas – uma das vertentes a ter em conta.

Seguindo esta última linha de argumentação, deverá ter-se em conta não só o ‘modelo’ de representação meta-linguística proposto por Culioli & Desclés 1981⁵, como os conceitos operativos de ‘estrutura em came’ e de ‘forma esquemática’.

3.1. A estrutura em *came*

Na análise da instabilidade associada às formas acima descritas, poder-se-á encontrar uma resposta que ajuda, em certa medida a enquadrar a análise de casos como os referidos anteriormente. Aceitando-se, na perspectiva da Teoria Formal Enunciativa, que o conceito de representação obriga necessariamente à delimitação de um modelo de análise que lide simultaneamente com uma perspectiva semasiológica e onomasiológica, permitindo, deste modo, a partir de uma representação formal (ou formalizante), enquadrar a deformabilidade das formas. Esta abordagem pressupõe – ou pode pressupor – a necessidade de recurso a esquematizações que sejam suficiente-

⁵ Pressupõe-se com esta proposta que as línguas são consideradas como representações da linguagem, entendida como atividade cognitiva. Por sua vez, os modelos de descrição (meta) linguística constituem-se como representações de representações. Apesar de este modelo não ter sido explicitado ao longo deste trabalho, em certo sentido, subjaz-lhe. Os conceitos de instabilidade e de deformabilidade, de estrutura em *came* ou de forma esquemática resultam dessa concepção de análise das línguas.

mente robustas para que se possa transmitir uma dada análise⁶.

Foi neste sentido que se tornou interessante uma releitura da proposta da ‘estrutura em came’, representada na Fig.1.

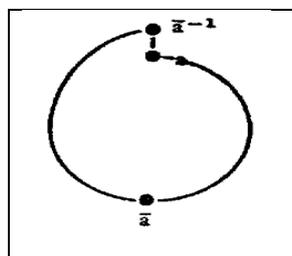


Fig.1

Assim, a partir da noção /a/ é possível prever (enquadrar e localizar) todas as ocorrências de /a/. A deformabilidade está prevista e pode ser situada em relação a pontos diferentes dessa estrutura. Os diferentes ‘pontos’ ou zonas em que a ocorrência linguística pode ser ancorada permitem que haja uma proximidade de natureza diferente em relação à noção. Deste modo uma dada forma pode representar um valor contíguo à noção (p. Ex. *lá* como marcador espacial) ou mais afastado (quando *lá* representa um valor mais modal, por exemplo.).

3.2. Forma(s) esquemática(s)

Não se situando no mesmo plano, a forma esquemática de uma dada noção é de natureza estritamente nocional (e, por isso mesmo, conceptual). Convém referir que o conceito de Forma Esquemática tem sofrido, no quadro da TFE alguns ajustamentos e reformulações desde que

⁶ Em Culioli [1968]1995: 29 é dada o enquadramento que orienta estas esquematizações: “(...) Construire de tels modèles, c’est refuser de réduire le langage, et refuser de ramener la linguistique à n’être qu’une collecte de phénomènes individuels; c’est permettre de poser les problèmes théoriques, se contraindre à une métalangue commune et à des modes de raisonnement rigoureux. C’est ainsi que l’on pourra axiomatiser la linguistique et peut-être la formaliser(...)”. É neste sentido que devem ser entendidas as propostas aqui referidas.

proposto por Culioli 1987, (nomeadamente com os trabalhos de Franckel & Paillard 2007 sobre as preposições ou de Vogüé 2004). Não sendo objeto de estudo deste trabalho esta discussão, decidimos optar pela proposta inicial por nos parecer mais interessante e com um maior poder explicativo. Ora, seguindo esta perspetiva, aceitamos que é na noção (entendida como feixe de propriedades físico-culturais) que está codificada toda a deformabilidade nocional dessa noção, seja ela predicativa ou gramatical. Esta perspetiva ajuda a entender por que razão quer formas lexicais, quer marcadores gramaticais nas línguas são permeáveis a uma pluralidade de interpretações. O que é curioso é observar, embora de forma muito superficial, que essa deformabilidade é encontrada em todas as línguas e, ainda de forma mais superficial, que em diferentes estádios de uma mesma língua a deformabilidade das formas e dos valores é uma constante.

Naturalmente que caberá ao linguista ser capaz de a partir da observação dos dados, propor hipóteses sobre o funcionamento desses dados numa dada língua, num dado momento. Uma dessas hipóteses passa, nesta perspetiva, por ser capaz de propor uma representação metalinguística adequada que inclua a previsibilidade desta deformabilidade.

4. Conclusões

Parece, assim, inevitável um regresso à questão central aqui discutida, posta agora de outro ângulo: se o valor das formas se torna outro quando o contexto linguístico sofre alterações ou quando há uma alteração da situação construída, será, então, que o elenco de todos os contextos possíveis para uma forma nos dará (um)a sua definição, ou não existe tal coisa? Será uma definição relevante para a linguística? É-o, certamente, pelo menos como ponto de partida. Como sistematizar o conhecimento da língua quando, tendencialmente, uma mesma forma marca valores diferentes e um

mesmo valor pode ser marcado por formas diferentes?

Como linha transversal a este trabalho tivemos sobretudo em conta que, na análise das línguas, a significação é um ponto de chegada e não um ponto de partida. Em todos os casos estudados as formas coocorrentes constroem, a par da forma em foco, a significação. Estudar a relação entre formas, obriga a que se estude (direta ou indiretamente) questões de representação. E esta foi a nossa (modesta) contribuição para este WGT.

Referências

- Campos, M. H. C. (1998) *'Dever' e 'poder'. Um subsistema modal do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT
- Campos, M. H. C. (1999) São as representações cognitivas primitivas ou construídas? *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP, pp. 11-23
- Correia, C. N. (2012) Os tempos gramaticais em português europeu: as formas verbais e os valores de tempo, aspeto e modo(s). *Verba Hispanica XX/1*, pp. 245-257
- Culioli, A. ([1968] 1999) La formalisation en linguistique. In: *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations*. (T.2). Paris: Ophrys, pp. 17-29
- Culioli, A. ([1987] 1990) Formes schématiques et domaine. In: *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations*. (T.1). Paris: Ophrys, pp. 115-126
- Culioli, A. (1990) *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations*. (T.1). Paris: Ophrys
- Culioli, A. (1999a) *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations. Formalisation et opérations de repérage*. (T.2). Paris: Ophrys
- Culioli, A. (1999b) *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations. Domaine notionnel*. (T.3). Paris: Ophrys
- Culioli, A. & J.-C. Desclés (1981) *Systèmes de représentations linguistiques et metalinguistiques. Les catégories grammaticales et*

le problème de la description de langues peu étudiés. Paris: Université Paris 7 (Collection ERA 642), pp. 1-33

Culioli, A. (1994) Continuity and modality. In Fuchs, C. & B. Victorri (eds). *Continuity in Linguistic Semantics*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, pp. 21-32

de Vogüé, S. (2004) Syntaxe, référence et identité du verbe *filer*. *Linx* (50): 135-167

Franckel, J.-J. & D. Paillard (2007) *Grammaire des prépositions*. Paris: Ophrys

Langacker, R. (1994) The limits of continuity: discreteness in cognitive semantics In Fuchs, C. & B. Victorri (eds). *Continuity in Linguistic Semantics*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, pp. 9-20

Lopes, O. ([1983] 2005) Algumas peculiaridades semânticas do Português. In Oliveira, F. & A. M. Brito (eds) *Entre a palavra e o discurso*. Porto: Campo das Letras, pp. 15-40

Lyons, J. (1977) *Semantics* (Vols I/II). Cambridge: Cambridge University Press